



VII Simpósio Nacional de História Cultural
**HISTÓRIA CULTURAL: ESCRITAS, CIRCULAÇÃO,
LEITURAS E RECEPÇÕES**

Universidade de São Paulo - USP

São Paulo - SP

10 e 14 de Novembro de 2014

OS MAPAS “ESQUECIDOS” DA CIDADE DE PORTO ALEGRE

Daniela Marzola Fialho*

Nas relações entre a história urbana e suas representações gráficas, o passado da cidade pode ser lido através de múltiplas representações. Neste trabalho privilegia-se a leitura da história da cidade em seus mapas. Os mapas históricos de uma cidade mostram bem as suas múltiplas espacialidades e temporalidades. Neste sentido trabalha-se com as relações entre a história urbana e a cartografia considerando a cartografia enquanto produção histórica da cidade. Como representação da cidade, o mapa é uma construção imaginária (da realidade) mas que tem o poder não só de orientar o olhar e a percepção (do real) como também de criar a paisagem urbana que representa. Os mapas são vistos, aqui, como discursos que produzem os objetos de que falam. Trata-se, então de perseguir as identidades e as mudanças urbanas que as plantas da cidade mostram ao longo do tempo, no seu contexto histórico, geográfico e paisagístico.

Ora, pelo fato de que essa abordagem que relaciona história e cartografia permitir ir muito além da questão da representação da cidade pelo mapa, numa linguagem concreta de dominação, conhecimento e governo do território, os mapas inexistentes, desaparecidos, “esquecidos” também contam uma história. Tomada como “imagem

* Graduada em Arquitetura (FA/UFRGS), Mestre em Planejamento Urbano e Regional (PROPUR/UFRGS) e Doutorado em História (PPGHIST/UFRGS). Professora Adjunta 3 no Departamento de Arquitetura e no Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional (PROPUR) da Faculdade de Arquitetura da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Atualmente Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional (PROPUR – 2013/2015) E-mail: dfialho.voy@terra.com.br

locacional”, a cartografia da cidade relaciona-se com a paisagem urbana dirigida não só para a descrição das realidades físicas e humanas da cidade, mas também para a construção de um imaginário do “lugar”, ou seja, do território das idealidades coletivas. Neste sentido, o mapa sendo uma imagem da cidade produz também a memória da mesma. Os mapas inexistentes, “esquecidos” podem ser percebidos segundo Ricoeur (2000, p.532) “como um atentado contra a fiabilidade da memória. Um golpe, uma debilidade. A memória, a este respeito, se define, ao menos em primeira instância, como luta contra o esquecimento”. Estes mapas “esquecidos”, inexistentes podem, portanto, ter a ver com a manipulação da memória da cidade.

O MAPA DE 1772

Porto Alegre foi oficialmente fundada em 26 de março de 1772. Essa data foi decidida por marcar a criação da Freguesia de São Francisco do Porto dos Casais, tornando-a independente de Viamão. Como bem coloca Oliveira (1993, p. 53):

Os atos subsequentes: desapropriação e demarcação (12/07/1772) da fazenda de Inácio Francisco, para construção de moradias e Igreja Matriz; criação da paróquia (1772); mudança de orago, em 18/01/1773, para Nossa Senhora Madre de Deus de Porto Alegre; elevação a Capital a 25/07/1773; primeira sessão da Câmara, a 06/09/1773, foram complementares do processo de autonomia e organização iniciado com a criação da Freguesia.

Um personagem, importante nessa história, foi o Coronel José Marcelino de Figueiredo (ou Manoel Jorge Gomes Sepúlveda) que enxergou no Porto de Viamão (ou dos Casais) um local de importância estratégica para se tornar a Capital da então Capitania de São Pedro, da qual foi o Governador de 1769 a 1780. José Marcelino embarcou

para o Rio de Janeiro em 25 de outubro de 1771, ficando para substituí-lo o Tenente Coronel Antonio da Veiga Andrade, com instruções de pôr em prática os planos já estabelecidos, caso conseguisse junto ao Vice Rei, desmembrar o Porto do Casais da Freguesia de Viamão.

Os planos estabelecidos diziam respeito a desapropriação e a demarcação da região da Freguesia. A prova que se tem dessa primeira demarcação é um documento de 12 de julho de 1772, do Arquivo Histórico do Estado do Rio Grande do Sul, no qual o Capitão Montanha é convocado para demarcar as meias datas para os casais moradores do Porto de Viamão, e no qual também lhe é demandado que deixe suficiente terreno para

a nova freguesia (OLIVEIRA, p.51). A ordem dada pelo governador substituto Antonio da Veiga Andrade, em relação a Porto Alegre, foi expedida nos seguintes termos:

“O Capitão de Infantaria, com exercício de engenheiro, Alexandre José Montanha, passe sem perda de tempo, ao Porto chamado dos Casais e hoje de São Francisco e, nas terras da Estância de Inácio Francisco, faça a divisão de sessenta meias datas para outro igual numero de casais, os quais já se acham moradores do dito Porto de São Francisco, sendo a meia data que compreender as casas da Estância com seu pomar, para Passais do Vigário da Freguesia, tendo-se também atenção aos Marinheiros que se tem empregado no serviço de Sua Majestade para serem acomodados, deixando-se suficiente terreno para logradouro da Vila, e lhe nomeio para seu ajudante o Cabo de Esquadra dos Escolhidos Ventura de Carvalho e Souza, e que o dito Capitão executara por ser conforme a ordem do Ilmo. E Excelentíssimo Senhor Marques e Vice Rei do Estado sobre esta Matéria. Viamão, 12 de Julho de 1772” (OLIVEIRA, 1993, p.50).

Esse traçado inicial de Porto Alegre feito, em 1772, pelo Capitão Alexandre José Montanha¹, na região desapropriada da Sesmaria de Santana (pertencente inicialmente a Jerônimo de Ornelas)², encontra-se desaparecido. Em 1940, o historiador Paranhos Antunes, publicou nos Anais do III Congresso Sul-Riograndense de Historia e Geografia, de 1940, um esboço do que teria sido (Fig. 1).

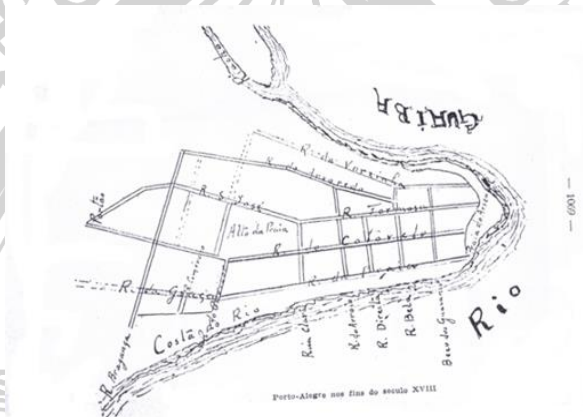


Fig. 1 – Esboço de Paranhos Antunes (1940). Fonte: ANTUNES, 1940. v. 3. p. 1069.

Sabe-se que o Capitão Montanha fez, entre 1771 e 1772 duas outras plantas uma de Taquari (Tibiquary) e outra de Santo Amaro:

¹ Alexandre José Montanha nasceu em Lisboa, Portugal, em 28/03/1730, e morreu em Lisboa em 11/11/1800. Serviu no Brasil de 25/10/1765 a 30/07/1791. Capitão de Infantaria em 23 de julho de 1765, com exercício de engenheiro foi servir no Brasil pelo prazo de seis anos na Capitania do Rio Grande de São Pedro onde ficou durante 15 anos. Por volta de 1780, teria se retirado para o Rio de Janeiro, ficando no Brasil até 1791.

² Antes de ser desapropriada, ela foi vendida para Inácio Francisco de Melo.

1) PLANO DO TERRENO QUE MOSTRA A DEVIZÃO DAS DATTAS DOS CASAIS QUE FORMÃO A VILLA DO SR. SÃO JOZÉ DE TIBIQUARY; em Abril de 1771.

2) PLANO DE DEVIZÃO DAS DATTAS DOS PRIM"" VINTE CAZAES QUE FORMÃO A POVOAÇÃO DE STO. AMARO, em 15 de Abril de 1771.

Alguns historiadores discutem se a planta de Porto Alegre do Capitão Montanha existiu ou não. Abeillard Barreto (1973, p.945) afirma, na biografia do Capitão Alexandre José Montanha, que em 1772 este teria traçado o “primeiro mapa de Porto Alegre, hoje considerado perdido, que deverá ter tido um título semelhante, em virtude da ordem que passou em Viamão, a 12-7-1772, o governador interino do Rio Grande do Sul, Antonio da Veiga Andrade, ao Capitão Montanha”. Barreto supõe que o título do mapa deveria ser “um trecho do que está determinado na dita ordem”. Para ele, o fato de haver ordens semelhantes para a execução das plantas de Taquari e Santo Amaro, indica que o nome do mapa da cidade de Porto Alegre seria também semelhante aos dados às plantas dessas cidades, provavelmente teria sido intitulado: “Plano da devizão de sessenta meias dattas nas terras da Estancia de Inacio Francisco para os Cazais que já se axão moradores no Porto de São Francisco”.

Já para Günter Weimer (1999), no entanto, o autor de um plano “acadêmico” – referindo-se ao plano para a cidade de Santo Amaro de Montanha – não poderia ser o autor de um “projeto de cunho tão popular”, como o traçado de Porto Alegre. Neves & Martins (2006-2007, p.87) vão ainda mais longe: “O chamado mapa do capitão Montanha é invenção cuja crítica nunca foi seriamente realizada nos últimos 60 anos”.

Acredita-se, seguindo a concepção de Barreto, que Montanha tenha executado de fato o traçado de Porto Alegre, em 1772, ainda que a prova material tenha se perdido ou sido destruída. Explicando melhor o argumento de Barreto, sabe-se que a ordem dada pelo Governador José Marcelino de Figueiredo ao Capitão Montanha para executar o Plano de Taquari foi a seguinte:

“Ordeno ao capitão engenheiro Alexandre José Montanha passe aos campos de Tebiquary que se acham determinados para acomodação dos casais e ali messa e reparta e entregue quatro legoas e meia de terra repartidas em quartos em forma das ordens de Sua Magestade a cada um dos sessenta casais que ali se acham passando-lhes certidões para requererem seu Titulo justo, deixando meia legoa, para o logradouro da Povoação cujas datas andeser as mais imediatas da Povoação, tudo na mesma forma que de ordem minha praticou o dito capitão na povoação

que mandei formar Villa Real de Santanna e me dará parte do que ocorrer e o aver assim executado, e se denominará a dita povoação São José de Tibiquary, Viamão 25 de setembro de 1770 – Osório – etc.” (BALEM, 1952, P.35)³.

Essa ordem é bastante similar a ordem dada para a divisão das datas de Porto Alegre e de Santo Amaro. Ainda segundo Barreto, os originais das plantas de Taquari e Santo Amaro teriam estado guardados no Arquivo Nacional do Rio de Janeiro, onde não mais se encontram. O plano de Taquari foi reproduzido pelo Monsenhor João Maria Balem no livro ‘A Paróquia de S. José de Taquari’ por volta de 1952 (fig. 2).

Já em relação a planta de Santo Amaro, Weimer (1999) afirma que:

“sabemos que Montanha foi encarregado de fazer o acompanhamento do assentamento da vila de Santo Amaro. Em razão disso, fez o traçado do plano urbano daquela vila. Trata-se, neste caso, de um plano plenamente de acordo com o que se chamava então de *mestres clássicos*, isto é, de um traçado de ruas ortogonais que se espriam por sobre um terreno levemente inclinado”.



Fig. 2 – Plano do terreno ... da Villa do Sr. São Jozé de Tibiquary. Fonte: BALEM, 1952, p.36.

Havendo, então, ordens semelhantes e existindo concretamente os planos de Taquari e Santo Amaro, Afinal, por que razão Montanha não teria executado a ordem de fazer o traçado de Porto Alegre? Portanto, nesse período, o Capitão Montanha demarcou

³ Conforme o autor, esta ordem pode ser encontrada no Arquivo Público de Porto Alegre no Livro 3 de Registros e Provisões (1765-1774), à pagina 232.

e fez a divisão das datas de três cidades no Rio Grande do Sul: Taquari, Santo Amaro e Porto Alegre.

Ainda mais, segundo Oliveira (1993, p.50) “no dia 1º de agosto desse mesmo ano o Capitão Montanha começava a distribuir a cada família um certificado individual no qual dava posse da respectiva ‘data’”. Esses certificados teriam tido a seguinte redação:

Alexandre José Montanha, Capitão de Infantaria, com exercício de Engenheiro. Certifico que, em virtude da Ordem do Ilustríssimo e Excelentíssimo Senhor Marquês do Lavradio, expedida pelo senhor Tenente Coronel Governador deste Continente, Antônio da Veiga Andrade, de 12 de junho passado – passei ao terreno místico do Porto de São Francisco dos Casais e nele medi, demarqueei e entreguei a (.....) uma área superficial de duzentas e oitenta e um mil e duzentas e cinquenta braças quadradas compreendidas em figura de retângulo que tem o comprimento de norte a sul mil braças, e para constar lhe passei o presente por mim assinado em 1º de agosto, Quartel de Viamão.

Nesse caso cabe a pergunta se ele demarcou as datas de diversas pessoas, porque não teria demarcado as primeiras ruas do lugar da nova freguesia e traçado a planta. O que se pode afirmar de concreto é que essa planta não existe fisicamente hoje em dia.

O MAPA DE 1805

De acordo com Barreto (p.315) no verbete sobre José Pedro César, “o primeiro plano de Porto Alegre de que temos notícia concreta, apesar de não o havermos encontrado, é a “Planta da Villa de Porto Alegre pelo brigadeiro Roscio”⁴, anterior a 1805, ano da morte do autor naquela mesma capital”.

Nos doze anos passados no Brasil (1767-1779), Francisco João Roscio conheceu bastante bem o território brasileiro e, em particular, o do Rio Grande do Sul. Em função disso é convidado a retornar, em 1781, como Comissário das demarcações do Sul para a província de São Pedro. Devido aos seus serviços na Comissão de Demarcação, foi promovido a Coronel logo a seguir. Em 1801, com o falecimento do Governador do

⁴ Francisco João Roscio nasceu na Ilha da Madeira, Portugal, por volta de 1740. Faleceu em Porto Alegre em 10/10/1805. Formou-se na Academia Militar de Lisboa e, com a conclusão de seus estudos, foi nomeado ajudante de Infantaria com exercício de engenheiro em 23/07/1762. Trabalhou durante algum tempo no interior de Portugal, nomeadamente Elvas e Almeida, onde passou a trabalhar com o Coronel Jacques Funk. Tendo sido nomeado para comandar uma nova comissão de engenheiros no Brasil, Funk escolheu Roscio para acompanhá-lo, sendo por este motivo promovido a Capitão, em 1767. Ficou no Brasil até junho de 1779, quando obteve licença para voltar a Portugal.

Estado de S. Pedro do Sul foi nomeado governador interino, permanecendo no cargo até 1803. Executou diversos trabalhos cartográficos referentes principalmente ao Rio Grande do Sul, e é de sua autoria uma Planta da Cidade do Rio de Janeiro de 1769. Faleceu em Porto Alegre em 10/10/1805.

Mas, em relação à “Planta da Villa de Porto Alegre pelo Brigadeiro Roscio”, referida apenas por Barreto em um outro verbete que não o dedicado a Francisco João Roscio, nenhuma outra referência foi encontrada no material pesquisado. As provas de sua existência são, portanto, ainda mais escassas que as referentes à planta do capitão Montanha e, portanto, acredita-se que ela não tenha existido realmente.

O MAPA DE 1820

Logo após a independência do Brasil em 1822, uma carta Imperial datada de 14 de novembro do mesmo ano, eleva Porto Alegre à categoria de cidade. Em 1825, tem-se notícia de uma planta topográfica para o ordenamento de sua ocupação feita por José Pedro César (fig.3). Segundo Macedo (1993, p.51), “a planta foi entregue à câmara em 29 de outubro de 1825 para controlar a ocupação dos terrenos de marinha e para fornecer os alinhamentos”. Dessa planta também não se conhece o original.

José Pedro César (fig.3), que teria sido o seu autor, nasceu em Leiria, Portugal, por volta de 1780, e faleceu em Porto Alegre em 27/04/1831(segundo BARRETO, 1973, p. 310). Veio para o Brasil antes de 1803, para a Capitania do Piauí. Esteve um período no Rio de Janeiro e depois foi designado para o serviço público na Capitania de S. Pedro, onde em 1816 foi encarregado do balizamento dos canais interiores da Lagoa dos Patos e da sua respectiva planta. Em 1817, foi nomeado administrador geral dos Correios entre S. Pedro do Rio Grande e S. Paulo. A partir daí, elaborou vários mapas na capitania, entre eles um Plano da Ilha Pintada (1821) e vários outros endereçados ao governador João Carlos de Saldanha, com pareceres referentes a questões de servidões e ressarcimento de expropriação. Um “Mappa da Província de San Pedro” feito por ele, levantado sob a direção do Ilmo. Sr. Visconde de São Leopoldo, foi publicado em 1839 por Th. Duvoteny (geógrafo), com gravação de Alexis Orgiazzi, em Paris, acompanhando os Annaes da Província de S. Pedro.

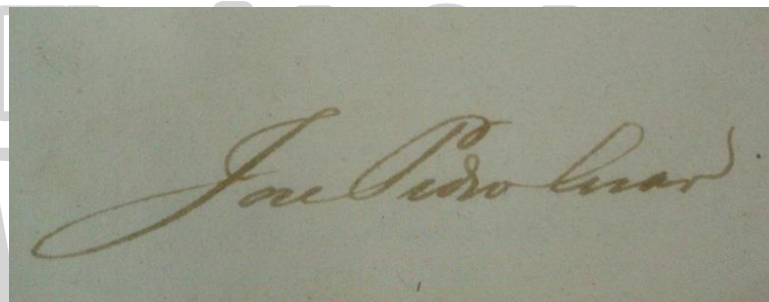


Fig. 3 – Assinatura de José Pedro César. Fonte: Arquivo Histórico de Porto Alegre Moysés Vellinho.

Em relação a Planta de Porto Alegre as primeiras notícias datam de 08 de julho de 1825 quando José Pedro César dirige à Câmara o seguinte ofício em resposta à solicitação dos vereadores de uma planta de Porto Alegre:

Fui entregue do ofício que Vas. Sas. se servirão dirigir-me em 06 do corrente, e em resposta ao mesmo, cumpre dizer a Vas. Sas. que já vou passar a limpo o esboço que tenho do Plano desta cidade, por mim levantado no anno de 1820, devendo mostrar agora alguma diferença, por se terem erigido neste período bastantes propriedades, em não me achar authorizado para as examinar: logo porém que o tenha concluído, farei com que seja apresentado a Vas. Sãs (PORTO ALEGRE d, 08/07/1825).

O cartógrafo propõe-se, portanto, a fazer uma atualização de um Plano da cidade levantado por ele, anteriormente, em 1820. E é este mapa que, em ofício datado de 12 de agosto de 1825, ele entrega à Câmara:

Remeto a Vas. Sas. o Plano desta Cidade que por ordem do Ex. Govor. desta Província Conde da Figueira levantei no anno de 1820: ele não poderá servir mais do que para esclarecimento das dimensões das ruas e quadras pois que para aclarar as infinitas questões que diariamente se necessitam sobre a divisão de fundos dos terrenos seria preciso fazer-se em ponto maior, o que se pode remediar formando-se um caderno com todas as quadras em ponto grande enumerando-as: eu poderia fazer se Vas. Sas. julgarem necessário. Já disse a Vas. Sas. que no decurso de 5 annos que tem decorrido depois que este Plano foi levantado, se tem edificado grande numero de moradas de casas, as quais para melhor clareza se podem medir e descrever no mesmo. Estimarei que com este pequeno trabalho se poupe a Vas. Sas. mendigarem informações que muitas vezes só servem de [...] os negócios. Porto Alegre 12 de agosto de 1825. José Pedro César (PORTO ALEGRE d, 08/07/1825).

Em 13 de agosto, a Câmara registra que “recebe-se officio do Coronel José Pedro César com a remessa do Plano desta Cidade, ao qual se resolve responder na vereação

⁵ [...] – Ilegível.

seguinte” (PORTO ALEGRE a, Fl. 9 fte.). Quatro dias depois, em 17 de agosto, “officiou-se ao Coronel José Pedro César em resposta ao officio que ele dirigiu a esta Câmara com a remessa do Plano da Cidade por ele levantado e offerecido para esclarecimento desta mesma Câmara” (PORTO ALEGRE a, Fl. 9 verso).

Em 14 de setembro de 1825, José Pedro César comunica à Câmara o envio de novos desenhos:

Remeto a Vas. Sas. as quadras que formam todas as ruas desta Cidade, em ponto grande, conforme lembrei a Vas. Sas. no meu officio de 12 do mês pretérito. Envio igualmente a Vas. Sas. o Plano das Praças do Peixe, e Paraíso que em tempo do Exmo Govor. Conde de Rio Pardo se projetou fazer por julgar que Vas. Sas. não terão, e que pode acontecer venha a servir para o futuro. Estimarei que Vas. Sas. aprovelem este meu trabalho e que apesar do meu diminuto préstimo, não me poupem, sempre que o julgarem a bem do público (PORTO ALEGRE d, 14/09/1825).

Trata-se do desenho das quadras em escala maior, para dirimir as questões da definição de lotes nas quadras, que ele havia se proposto fazer quando da entrega do Plano da Cidade. Um destes desenhos consta entre os documentos do Arquivo Histórico Moysés Vellinho (fig.4).

Nessa mesma data (14/09/1825), a Câmara acusa o recebimento e anota que “recebeu-se officio do Coronel José Pedro César com data de hoje, e remessa das quadras que formão todas as ruas desta cidade e hum plano da Praça Paraizo” (PORTO ALEGRE a, Fl. 13 verso).

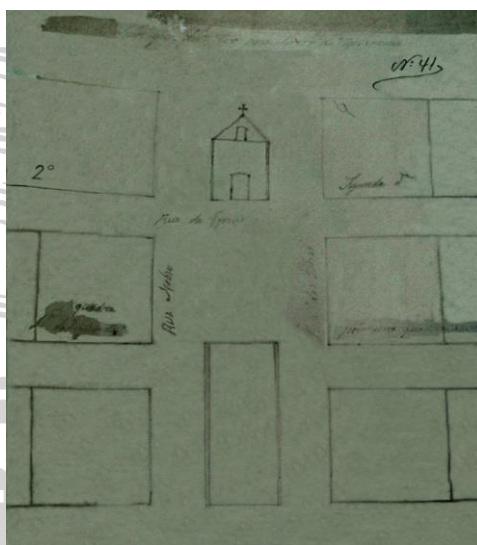


Fig. 4 – Desenho de quadras de J. P. César, 1825. Fonte: Arq. Histórico de Porto Alegre

Moysés Vellinho

Na sessão da Câmara de 26 de outubro de 1825, Francisco de Paula e Souza apresenta o mapa da Cidade, fazendo com que de imediato a Câmara se dirija ao Presidente da Província “exigindo a aprovação do mesmo Exmo. Presidente ao dito Mappa pela necessidade que delle tem para se poder regular” (PORTO ALEGRE a, Fl 20, fte.). Contudo, em 29 de outubro de 1825, o Presidente da Província José Feliciano Fernandes Pinheiro se exime da aprovação ao declarar o seguinte: “Devolvo a referida planta guardando-me de interpor juízo em matéria que não he de minha profissão e inteligência” (PORTO ALEGRE e, 29/10/1825). Na ata da sessão da Câmara de 05 de novembro, os vereadores registraram o recebimento da resposta do Presidente da Província (PORTO ALEGRE a, Fl. 21 fte.). Em seguida, a 12 de novembro de 1825, enviam Representação “a sua Majestade Imperial, pedindo a aprovação da Planta da Cidade, que offereceo a esta Câmara o Coronel José Pedro César pelos motivos que exarou na mesma representação” (PORTO ALEGRE a, Fl. 23 fte.). E, no dia 16 de novembro, os vereadores resolvem dirigir “ao Coronel José Pedro César officio de agradecimento pela offerta da Planta desta cidade” (PORTO ALEGRE a, Fl. 24 fte.).

Apesar da existência desse conjunto de documentos que referenciam explicitamente a Planta de José Pedro Cesar, Barreto (p.315) contesta, em sua análise dos registros da Câmara Municipal de Porto Alegre, que ela tenha de fato existido. Segundo ele:

“Com base num registro constante da ata de 14-9-1825, da Câmara Municipal de Porto Alegre, o ‘Boletim Municipal’, Porto Alegre, jan. a abril de 1940, vol. III. ano II. N° 4, pg. 88, declara que a primeira planta da capital data daquele ano foi feita por José Pedro César: ‘Recebeu-se officio do Coronel José Pedro César com data de hoje e remessa das quadras que formam todas as ruas desta cidade e um plano da Praça do Paraíso’. No mesmo número (pg. 151) o ‘Boletim Municipal’ pede ‘com especial empenho, cópia de uma planta feita em 1825 pelo coronel José Pedro César’. Não se infere, porém, do texto transcrito, que tenha existido essa planta, pois é provável que as ‘quadras remetidas’ não o tenham sido sob essa forma, senão descritivamente apenas. Tanto mais que ali mesmo, ao referir-se a documento iconográfico, a ata consigna ‘... e um plano da Praça do Paraíso’, afastando, portanto, a interpretação de que as ‘quadras’ estivessem representadas em plano ou planos”.

De fato, a conclusão de Barreto se baseia na análise de arquivos que realmente não dizem respeito à Planta da Cidade e, sim, a outros desenhos que o Coronel José Pedro César forneceu à Câmara. Além disso, os documentos pesquisados dão conta da sua existência. E como um dos últimos registros da época se refere a um pedido de aprovação

da Planta por parte de Sua Majestade Imperial, no Rio de Janeiro, pode-se pensar que a planta talvez tivesse ficado por lá. Mas outros registros sobre essa planta, datados de 1872, podem provar que a planta feita pelo Coronel José Pedro César estava na Província pelo menos até este ano.

Em 23 de outubro de 1872, o então Presidente da Província José Fernandes da Costa Pereira Jr., comunica à Câmara que mandou “o Engenheiro Director Geral das Obras Públicas tirar cópia da planta pertencente à Câmara Municipal (...) organizada em 1820 pelo Coronel de Engenheiros José Pedro César” (PORTO ALEGRE f, 23/10/1872). Em 09 de dezembro de 1872, a Câmara se diz “inteirada (...) de haver S. Excia. mandado tirar copia da planta pertencente à mesma Câmara, e organizada em 1820 pelo Coronel de Engenheiros José Pedro César” (PORTO ALEGRE b, Fl. 05, verso).

É inegável, portanto, que a planta da cidade de Porto Alegre de 1820 encontrava-se nos arquivos da Câmara Municipal ainda em 1872. Sua existência é tão fora de dúvidas que para Macedo (1993, p.59), ao se referir a planta de Porto Alegre de 1838 como “a primeira planta de Porto Alegre que conhecemos⁶”, afirma que a mesma “parece ter sido calcada sobre o original de José Pedro César”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os primeiros traçados e plantas da cidade (1772-1820) visavam especificamente à demarcação de lotes, quadras e o alinhamento urbano. Tinham por objetivo, portanto, estabelecer os limites das propriedades e obedeciam, assim, a interesses bem específicos, ou seja, dos proprietários. Talvez por isso mesmo deles só restem vestígios documentais, tais como ordens de execução, ofícios de encaminhamento de plantas, tudo muito oficial, muito cartorial e claramente com fins de legitimação. Daí serem os cartógrafos, a quem os mapas foram encomendados e ordenados, funcionários do governo (oficiais do exército, superintendentes). No entanto, as provas materiais – os mapas e plantas propriamente ditos – sumiram, desapareceram ou, na melhor das hipóteses, se perderam nos arquivos e cartórios. Justamente esses mapas e não outros, mais imperfeitos e perigosos, como o que Zambeccari desenhou em 1833, às vésperas da Revolução Farroupilha. Como é possível, então, que esses mapas, cuja existência foi tão bem

⁶ No momento da escrita do livro de Macedo, não se tinha conhecimento da Planta de Porto Alegre de 1833 de Lívio Zambeccari cujo original se encontra no Museo Del Risorgimento em Bolonha, Itália.

levantada pelos historiadores, tenham simplesmente desaparecido, a ponto de se supor, inclusive, que eles poderiam não ter existido de fato? Penso que a discussão sobre a sua existência ou não existência nos leva a um grande impasse. Talvez fosse interessante, então, mudar o foco da questão e se perguntar como esses mapas desapareceram, o que os teria feito sumir: conflito de interesses? Lutas entre proprietários pelo direito ao solo? Novas orientações governamentais?

Vários historiadores, como apontado, discorrem sobre essas três plantas (1772, 1805 e 1820) terem ou não existido. Pelos argumentos aqui colocados este trabalho inclina-se a afirmar que as plantas de 1772 e de 1820 existiram e a de 1805 não.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANTUNES, Paranhos. Porto Alegre no século XVIII. In: CONGRESSO SUL-RIOGRANDENSE DE HISTÓRIA E GEOGRAFIA, 3., 1940, Porto Alegre. *Anais...* Porto Alegre: Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, 1940. v. 3.

BALEM, Mons. Dr. João Maria. *A Paróquia de São José de Taquari*. Porto Alegre: Tipografia do Centro, 1952.

BARRETO, Abeillard. *Bibliografia Sul-Riograndense: a contribuição portuguesa e estrangeira para o conhecimento e a integração do Rio Grande do Sul*. Rio de Janeiro: Conselho Federal de Cultura, 1973. 2 vol. p. 310.

MACEDO, Francisco Riopardense de. *História de Porto Alegre*. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1993.

NEVES, Gervásio R. & MARTINS, Liana Bach. Duas questões de geografia histórica da cidade de Porto Alegre. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul*, Porto Alegre, ano 86, n. 141, 2006-2007.

OLIVEIRA, Clóvis Silveira de. *Porto Alegre: a cidade e a sua formação*. 2; Ed. Porto Alegre: Metrópole, 1993.

PORTO ALEGRE a. Câmara de Vereadores. *Atas de Vereança*. Porto Alegre, 1825-1829. Manuscrito. Não Publicado. Disponível em: Arquivo Histórico de Porto Alegre Moysés Vellinho.

PORTO ALEGRE b. Câmara de Vereadores. *Atas de Vereança*. Porto Alegre, 1872-1877. Manuscrito. Não Publicado. Disponível em: Arquivo Histórico de Porto Alegre Moysés Vellinho.

PORTO ALEGRE c. Câmara de Vereadores. *Correspondência Passiva da Câmara de Porto Alegre*. Porto Alegre, 1824 a 1826. Manuscrito. Não publicado. Disponível em: Arquivo Histórico de Porto Alegre Moyses Vellinho.

PORTO ALEGRE d. Câmara de Vereadores. *Construção e Melhoramentos do Município*. Porto Alegre, 1783 a 1850. Manuscrito. Não publicado. Disponível em: Arquivo Histórico de Porto Alegre Moyses Vellinho.

PORTO ALEGRE e. Câmara de Vereadores. *Correspondência Passiva da Câmara de Porto Alegre*. Porto Alegre, 1824 a 1826. Manuscrito. Não publicado. Disponível em: Arquivo Histórico de Porto Alegre Moyses Vellinho.

PORTO ALEGRE f. Câmara de Vereadores. *Correspondência Passiva da Câmara de Vereadores de Porto Alegre*. Porto Alegre, 1871-1872. Manuscrito. Não publicado. Disponível em: Arquivo Histórico de Porto Alegre Moyses Vellinho.

RICOEUR, Paul. *La memoria, la historia, el olvido*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Econômica, 2000.

WEIMER, Günter. *A origem do Traçado de Porto Alegre*. [S.l.]: Ache Tudo e Região, 1999.

Disponível em:

<http://www.achetudoeregiao.com.br/RS/porto_alegre/A_origem_do_tra%C3%A7ado.htm>. Acesso em: 10 abr. 2009.

